

# As estratégias dos movimentos socioterritoriais camponeses em Minas Gerais: lutas e resistências na Covid-19

## The strategies of peasant socio-territorial movements in Minas Gerais: fights and resistance in Covid-19

## Las estrategias de los movimientos socioterritoriales campesinos en Minas Gerais: lucha y resistencia en Covid-19

João Paulo de Almeida Lopes - [jpaulo.geouftm@gmail.com](mailto:jpaulo.geouftm@gmail.com)  
Graduando em Geografia - Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-6511-4063>

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha - [janaina.vinha@uftm.edu.br](mailto:janaina.vinha@uftm.edu.br)  
Docente do Departamento de Geografia - Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>

### Resumo

A Reforma Agrária Popular, descrita pelo MST, reestabelece uma política que contempla novas demandas para além do direito à terra. No contexto pandêmico, movimentos socioterritoriais se reinventaram ao utilizar novos mecanismos de defesa, reivindicações e ferramentas. O presente estudo compreendeu o conjunto diverso e multifacetado das ações de resistência realizadas pelos movimentos socioterritoriais do campo de Minas Gerais nos anos de 2020 e 2021. Através do levantamento bibliográfico e da consulta ao DATALUTA, foram identificadas 47 ações promovidas pelos movimentos socioterritoriais. São ações de solidariedade, de defesa contra o aumento da violência no campo, atos contra reintegração de posse, realização de encontros virtuais, comercialização de alimentos através de feiras virtuais ou até mesmo respeitando as restrições impostas pela pandemia, as quais promoveram e expandiram a ideia da Reforma Agrária Popular e colocou em pauta novas demandas. A mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte se destacou por concentrar grande parte das ações registradas, sendo o MST o principal movimento socioterritorial. No que diz respeito às reivindicações, se destaca a luta por direitos no campo, contra ações do estado perante os trabalhadores, a luta pela soberania alimentar, contra a mineração massiva que ainda permanece em

Minas Gerais e a defesa contra o aumento da violência no campo.

**Palavras-chave:** luta pela terra, COVID-19, Reforma Agrária Popular, movimentos socioterritoriais, MST.

### Abstract

The Popular Agrarian Reform, described by the MST, reestablishes a policy that contemplates new demands beyond the right to land. In the pandemic context, socio-territorial movements have reinvented themselves by using new defense mechanisms, claims and tools. The present study comprised the diverse and multifaceted set of resistance actions carried out by socio-territorial movements in the countryside of Minas Gerais in the years 2020 and 2021. Through the bibliographic survey and consultation with DATALUTA, 47 actions promoted by socio-territorial movements were identified. These are actions of solidarity, defense against the increase in violence in the countryside, acts against repossession, holding virtual meetings, marketing food through virtual fairs or even respecting the restrictions imposed by the pandemic, which promoted and expanded the idea of the Popular Agrarian Reform and put new demands on the agenda. The Metropolitan mesoregion of Belo Horizonte stood out for

concentrating most of the recorded actions, with the MST being the main socio-territorial movement. With regard to claims, the struggle for rights in the countryside stands out, against state actions towards workers, the struggle for food sovereignty, against the massive mining that still remains in Minas Gerais and the defense against the increase in violence in the countryside.

**Key words:** fight for land, COVID-19, land reform, Popular Agrarian Reform, MST.

## Resumen

La Reforma Agraria Popular, descrita por el MST, restablece una política que contempla nuevas demandas más allá del derecho a la tierra. En el contexto de la pandemia, los movimientos socioterritoriales se han reinventado utilizando nuevos mecanismos de defensa, reivindicaciones y herramientas. El presente estudio comprendió el conjunto diverso y multifacético de acciones de resistencia realizadas por movimientos socioterritoriales en el interior de Minas Gerais en los años 2020 y 2021. A través del levantamiento bibliográfico y consulta con DATALUTA, se identificaron 47 acciones promovidas por movimientos socioterritoriales. identificado. Se trata de acciones de solidaridad, defensa ante el aumento de la violencia en el campo, actos contra el embargo, realización de encuentros virtuales, comercialización de alimentos a través de ferias virtuales o incluso respeto a las restricciones impuestas por la pandemia, que impulsaron y ampliaron la idea de la Reforma Agraria Popular. y poner nuevas demandas en la agenda. La mesorregión Metropolitana de Belo Horizonte se destacó por concentrar la mayor parte de las acciones registradas, siendo el MST el principal movimiento socioterritorial. En cuanto a las reivindicaciones, se destaca la lucha por los derechos en el campo, contra las acciones estatales hacia los trabajadores, la lucha por la soberanía alimentaria, contra la minería masiva que aún permanece en Minas Gerais y la defensa contra el aumento de la violencia en el campo.

**Palavras-chave:** luta pela terra, COVID-19, Reforma Agrária Popular, movimentos socioterritoriais, MST.

Recebido em: 16/02/2023  
Aceito para publicação: 05/03/2023  
Publicado: 27/03/2023

## Notas introdutórias: as lutas pela terra no Brasil e em Minas Gerais

As lutas sociais no campo brasileiro são engendradas historicamente, fruto da desigualdade territorial que perdura há séculos, num embate entre grupos marginalizados que reivindicam o direito à terra e a classe dominante que detém de grandes extensões do território brasileiro. Dentre essas lutas, ainda que as ocupações de terra e as manifestações sejam consideradas as principais estratégias de luta no campo (FERNANDES, 2010), outras expressões merecem ser consideradas no século XXI. Para tanto, o presente artigo buscou compreender o conjunto diverso e multifacetado das ações de resistência realizadas pelos principais movimentos socioterritoriais do campo de Minas Gerais nos anos de 2020 e 2021, no período pandêmico.

A proposta do presente artigo surgiu após o término da Iniciação Científica, sob o título “As Estratégias dos Movimentos Socioterritoriais Camponeses no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG): Reinventando as lutas e resistências na COVID-19”, realizada em 2022 com o auxílio da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Na ocasião, foram discutidas as ações de solidariedade realizadas pelo MST na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Entretanto, considerando a pluralidade do estado de Minas Gerais, se tornou evidente a necessidade de expor ações que ocorreram em diversas outras regiões do estado.

O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social em “Reforma Agrária Popular e a Luta pela Terra no Brasil (2020)” expõe a dimensão desta estrutura fundiária no Brasil. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), essa estrutura se agrava, já que cerca de apenas 1% dos proprietários de terra controlam quase 50% da área rural do país. Em contrapartida, os estabelecimentos com áreas menores a 10 hectares, representam metade das propriedades rurais - apenas 2% da área total.

Tais dados explicitam uma realidade construída em períodos anteriores, a iniciar pela invasão portuguesa, que consolidou os primeiros indícios dessa desigualdade socioterritorial. Ainda que grupos indignados com a condição e as contradições tenham marcado esse cenário de lutas, foi só a partir do século XX que surgiram grupos articulados e mobilizados em movimentos sociais

camponeses que lutam pela terra, como é o caso das Ligas Camponesas e do Movimento de Agricultores Sem Terra (Master), entre as décadas de 1940 e 1960.

Fernandes (2010, p. 139) reflete que “a luta pela terra avança alheia à existência ou não de um plano de reforma agrária.” A luta pela terra se caracteriza por ser uma demanda popular, uma luta promovida pelo povo, enquanto a reforma agrária se torna uma competência que deve ser realizada pelo Estado. Todavia, observa-se que, no Brasil, não houve um plano de política de reforma agrária progressista (CARTER, CARVALHO, 2010). Apesar disso, houveram tentativas de apaziguar os embates territoriais que percorreram décadas anteriores e permanecem no contexto atual.

A década de 1980 é considerada um marco para a história do Brasil em razão da abertura democrática em 1988. Movimentos sociais, lutas populares de movimentos sindicalistas - como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e no campo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) -, são exemplos de movimentos autônomos que ressurgem nesse período. Para Fernandes (2005, p.142), com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 “[...] criou-se um espaço para reunir os projetos políticos dos diferentes segmentos das classes”. E aprofunda ao expor que, os movimentos camponeses aliados à CPT, contando com o apoio político do PT, “[...] recolocaram na pauta política a questão da reforma agrária; transformaram a luta camponesa numa das principais formas de acesso à terra.” (p. 142).

Em seu processo de lutas, sobretudo no campo, esses sujeitos construíram diversas formas para se expressar. As ocupações de terra e as manifestações em espaços públicos se caracterizam como um dos principais atos adotados pelos movimentos. De acordo com Fernandes (2010), as primeiras ocupações de terra aconteceram entre 1979 e 1985. Pouco a pouco, estes atos geraram o embrião do que seria, mais adiante, a forma de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Considerando que as ocupações de terras simbolizam um mecanismo de conquista territorial, as manifestações se caracterizam por expressar demandas de um projeto coletivo dos movimentos socioterritoriais. As manifestações são “ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes

políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas” (CPT, 2013).

Victor (2014) ainda esclarece que estas ações políticas se constituem através da reivindicação do direito de homens, mulheres e crianças do campo. Há diversas formas de se manifestar, entretanto, as mais comuns observadas na luta socioterritorial brasileira são as passeatas e marchas, ocupações de prédios públicos e privados, bloqueio de estradas (rodovias, ferrovias), protestos, acampamentos em espaços públicos, entre outros.

No entanto, além dessas ações, neste artigo, debatemos que outras estratégias foram traçadas no período pandêmico. Ações de solidariedade e a construção das feiras virtuais fortaleceram a produção dos movimentos socioterritoriais neste período. Entretanto, ações de defesa contra o aumento da violência no campo retratam a realidade violenta que continuou marcando a luta pela terra brasileira. Outras ações, como a realização de encontros virtuais, promoveram e expandiram a ideia da Reforma Agrária Popular. Todas essas ações descrevem a pluralidade de uma luta socioterritorial que se reinventa e resiste aos obstáculos políticos e sociais impostos pela atuação do ex-presidente Jair Bolsonaro e a realidade pandêmica. Cabe ainda ressaltar a participação massiva do MST frente às ações, presente em grande parte dos atos descritos, construindo parcerias com outras organizações e movimentos. Grande parte destas ações ocorreram principalmente na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte.

Para compreender as estratégias de resistência e enfrentamento dos povos camponeses na pandemia de COVID-19, este estudo empregou os seguintes procedimentos metodológicos: 1. Levantamento e revisão bibliográfica para ampliação e aprofundamento do referencial teórico. Temas: questão agrária, luta pela terra, movimentos socioterritoriais, reforma agrária e disputa territorial; 2. Levantamento, coleta e sistematização de dados: o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) reúne dados sobre as ações dos movimentos do campo e da cidade. O recorte analítico compreendeu as ações dos anos de 2020 e 2021 dos movimentos atuantes em Minas Gerais; 3. Organização e sistematização dos trabalhos e informações cotejadas: foram cotejadas todas as ações registradas em 2020 e 2021 no estado, totalizando 47; 4. Reuniões de estudos individuais e

coletivos: reflexão, debate e organização dos trabalhos, bem como do aprimoramento da metodologia, domínio do referencial teórico e discussão dos resultados obtidos.

O estudo foi organizado em duas seções centrais. A primeira apresenta um breve panorama da reforma agrária e da conjuntura agrária no governo Bolsonaro, bem como suas consequências. O aumento da insegurança alimentar, a violência no campo e as investidas do capitalismo agrário no campo, se acirraram no país. Já a segunda avançou na identificação e análise das ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais do campo de Minas Gerais nos anos de 2020 e 2021. Foram registradas as ações, seus tipos, movimentos envolvidos, localização e o caráter das reivindicações.

### **1. Reforma agrária, Governo Bolsonaro e a pandemia da COVID-19**

Representando uma direita ultraconservadora, o governo de Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, é considerado um retrocesso para a política de reforma agrária no Brasil. Em diversas entrevistas, o então presidente utilizou termos e adjetivos pejorativos ao se referir aos camponeses e integrantes de movimentos que historicamente lutam pelo acesso à terra e enfrentam investidas de uma elite agrária dominante. Com isso, houve o cancelamento de desapropriações e demarcações de terras indígenas e quilombolas. Em uma notícia publicada pelo portal “A Tarde” no dia 01 de maio de 2021, o governante comemora em uma live realizada em sua página no Facebook, o descaso e a violência que militantes da causa agrária vem sofrendo. Segundo Bolsonaro, seu governo conseguiu exterminar o MST, chamando-os em seguida de terroristas.

Alentejano (2020), ao analisar a conjuntura agrária brasileira, aponta para essa mesma questão, afirmando que tal perspectiva conservadora nunca antes foi vista desde o processo de redemocratização no Brasil. O autor revela a dificuldade de caracterizar a atual conjuntura política que vivenciamos: Fascista? Neofascista? Pós-fascista? Fato é que no campo, a luta pela terra presenciou grandes retrocessos, como descrito no trecho em destaque.

Do ponto de vista da questão agrária, não resta dúvida de que a violência e o autoritarismo são marcas fundamentais deste governo e a reforma agrária foi totalmente paralisada, assim como a demarcação de terras onde vivem povos indígenas e territórios de comunidades

quilombolas, permitindo afirmar que há nítidos elementos de fascistização nas ações desenvolvidas pelo governo Bolsonaro no campo brasileiro. A própria nomeação de Luiz Antônio Nabhan Garcia para a Secretaria de Assuntos Fundiários, indica essa tendência, afinal trata-se do presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR), organização patronal mais truculenta existente no campo brasileiro, associada historicamente a práticas violentas de combate a ocupações de terra e assassinato de trabalhadores rurais. (ALENTEJANO, 2020, p. 355-356).

A prioridade ao agronegócio, segundo o autor, é uma tendência que foi impulsionada desde o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, passando pelos governos Lula e Dilma, alcançando o governo golpista de Michel Temer. O agronegócio foi um modelo fortemente adotado ainda na década de 1990, como forma de estimular a produção de commodities para a exportação e fortalecer a economia brasileira. Entretanto, o modelo beneficia uma parcela mínima da população, que observa um aumento significativo no acúmulo de patrimônio, ao passo que, as desigualdades socioeconômicas se tornam mais acirradas, levando uma parcela significativa da população a viver em estado de insegurança alimentar.

A política de reforma agrária no país, considerada como um mecanismo de reorganização fundiária, foi negligenciada por diferentes governos. “[...] Tal política, que representa a distribuição massiva de terras, foi amplamente implantada nas sociedades capitalistas ao longo dos séculos XVIII até o período da Segunda Grande Guerra (1939-1945).” (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2020, p. 15). Pautado no crescimento e desenvolvimento econômico, compreendeu-se que era necessário um resgate ao setor primário, que se tornaria responsável por fornecer matéria-prima para as indústrias que foram surgindo. A burguesia industrial contribuiu para que houvesse a democratização da terra nestes países. Entretanto, no Brasil, não ocorreu o mesmo reordenamento territorial<sup>1</sup>.

Assim como na América Latina, no Brasil também é possível encontrar semelhanças no processo de colonização, já que desde o princípio, de forma

<sup>1</sup> Outro elemento que merece destaque é a questão da produtividade da terra. Para essa denominada burguesia industrial, se tornou primordial “[...] a ruptura em todos os níveis, da hegemonia das antigas classes proprietárias rurais – que paralisavam qualquer desenvolvimento das forças produtivas – pelas novas classes burguesas empresário-industriais nascente.” (GOMEZ, 2020, p. 16). A democratização da terra foi utilizada como uma espécie de investimento, para que houvesse matéria-prima em abundância e a preços baixos, destinados à indústria que se expandia.

ampla, sofremos com a espoliação territorial, com o “estabelecimento de grandes fazendas entregues aos conquistadores de status elevado” (GOMEZ, 2020, p. 115). Atrelado à invasão dos colonizadores e a perpetuação da desigualdade nos países latino-americanos, surgiu o despertar de discutir a reforma agrária em diversos países do continente no século XX. O primeiro país é o México, considerado o “berço da reforma agrária com o lema zapatista: “terra para quem, com suas mãos, nela trabalha” (p. 117).

No contexto brasileiro o cenário foi diferente. Se em outros países houve uma reforma agrária impulsionada pelos interesses da burguesia industrial, no Brasil não houve uma democratização territorial nos moldes da reforma agrária clássica.

[...] Diferentemente da europeia, a mudança das classes proprietárias rurais pela nova burguesia industrial não exigiu uma ruptura total do sistema por razões estruturais. No caso brasileiro, a concentração fundiária não foi um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, ao contrário, houve a unificação entre o latifundiário e o capital industrial, numa aliança entre capital e propriedade da terra intermediada pelo Estado. Essa aliança possibilitou que a economia rural subsidiasse o desenvolvimento industrial. Além disso, a alta concentração de terra e, conseqüentemente, o êxodo rural, garantiu a criação de um exército industrial de reserva que barateava a força de trabalho no meio urbano.” (TRICONTINENTAL, 2020, p. 18)

A oligarquia agrária e a burguesia industrial se unificaram. O modelo utilizado foi importado dos Estados Unidos, pautado no latifúndio extensivo, mecanização pesada e agrotóxicos, por meio da “Revolução Verde”. Foi a partir deste modelo que o campo brasileiro se reorganizou, excluindo por completo os camponeses desse processo (TRICONTINENTAL, 2020).

Delgado (2012) destaca alguns elementos essenciais para compreender a inserção da agricultura capitalista na dinâmica brasileira. O período correspondente a 1965-1985 foi crucial para o desenvolvimento e a integração da agricultura com a economia urbana e industrial, atrelada ao mercado externo. A mudança em questão é denominada de “modernização conservadora”, fruto da derrota do movimento pela reforma agrária naquele contexto. Entretanto, aliado a estes fatores, outra razão determinante “[...] tratava-se ainda de uma resposta à política agrícola dominada excessivamente pela prioridade do IBC à valorização cafeeira e ao regime cambial dos anos 1950.” (p. 13). Diferente de outros países como os Estados Unidos e alguns outros da Europa Ocidental que assistiram essa integração técnica da indústria com a agricultura ainda no início do século XX,



no Brasil, este fenômeno ocorreu entre a década de 1960 e 1980, embora a agricultura paulista tenha sido modificada para estes parâmetros, de maneira precoce, em decorrência da forte influência cafeeira, representada na ocasião pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Brum (1988) aborda a dinâmica denominada como modernização conservadora. Apresenta o que é chamado de “as duas opções para a agricultura”, no contexto brasileiro. A primeira, para Brum, seria a opção da Reforma Agrária, e a segunda, a modernização conservadora. É a partir deste aspecto, no ato de preservar a estrutura fundiária, que a modernização foi considerada conservadora. O conservadorismo da figura dos grandes latifundiários, do acúmulo de terras, da desigualdade territorial, dentre outros aspectos, foram mantidos nos moldes propostos em séculos anteriores.

Mantendo o regime latifundiário, na década de 1990, o modelo do agronegócio no Brasil se intensificou, transformando a maneira estrutural do espaço agrário no que diz respeito à produção de mercadorias agrícolas no país. Com a consolidação do neoliberalismo, [...] "o antigo latifundiário, dono de grandes extensões de terra, se aliou a outras frações da classe burguesa: às empresas transnacionais do setor agrícola, ao capital financeiro representado na figura dos bancos e aos meios de comunicação de massa" (TRICONTINENTAL, 2020, p. 19). É neste contexto que surge o agronegócio, que se inicia na década de 1970, se intensifica sobretudo a partir do final da década de 1990, começo dos anos 2000 e segue de maneira hegemônica. Frente às grandes transformações, com a investida do agronegócio, problemas ambientais, sociais e econômicos se intensificaram, bem como a prática do acúmulo de terras direcionadas a atender demandas do capitalismo agrário.

É na perpetuação de desigualdades em diversos setores que surge a proposta de uma “reforma agrária popular”, descrita pelo próprio MST como um ato de reorganização dentro do movimento. De acordo com a ideia de que a luta pela terra perpassa gerações, contextos políticos, sociais e econômicos, surge a necessidade de restabelecer e reconstruir uma política de reforma agrária que contemple novas demandas, enxergando para além da necessidade da terra. Com incentivos exacerbados à produção de commodities e a geração dos alimentos ultraprocessados, insere-se a necessidade de incluir na pauta a produção de alimentos saudáveis à população, considerando que se torna cada vez mais

explícito que comer é um ato político. “[...] Cada vez mais a luta pela reforma agrária implica o enfrentamento ao capital, que se manifesta na luta contra as grandes empresas transnacionais, como as do agronegócio, responsáveis pela produção dos agrotóxicos, sementes transgênicas e o esgotamento dos recursos naturais” (MST, 2021).

Além disso, há uma compreensão de que a problemática promovida pelo modelo de produção estabelecido pelo capitalismo agrário resulta em consequências nos grandes centros urbanos. A reforma agrária deixou de ser um interesse exclusivamente das populações que vivem no campo, se transformando em uma necessidade social, que agrega o campo e a cidade. A falta de acesso à moradia, à infraestrutura e a condições básicas, escancaram a segregação que ocorre nas grandes cidades, sobretudo em regiões periféricas. Assim, classes subalternas dos grandes centros urbanos tentam otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade da habitação, a distância desta do trabalho e ainda a segurança (GOLDFARB, 2006, p. 118). Diante deste cenário de privações, riscos e incertezas, é que surge a ideia das “Comunas da Terra”. Segundo Goldfarb (2006, p. 125) “[...] a maioria das pessoas que estão se dirigindo às Comunas possui uma média de 25 anos de vivência nos grandes centros urbanos.” A iniciativa também é uma estratégia de ampliação dos setores do MST paulista, que visualizavam essa aproximação dos grandes centros urbanos, como forma de expandir os números de envolvidos na luta pela terra no Brasil. Esse processo resulta em uma heterogeneização do sujeito ligado à luta pela reforma agrária.

Considerando a necessidade de expandir as demandas dos movimentos socioterritoriais, a Reforma Agrária Popular atualmente expõe a necessidade de olhar para novos objetivos que os trabalhadores buscam alcançar na luta socioterritorial. Se antes a luta pela reforma agrária era executada, sobretudo, através de manifestações presenciais, como é o caso das ocupações de terras improdutivas, em um contexto pandêmico e de aumento na violência no campo, se tornou necessário reconstruir formas de lutas. Sendo assim, novos espaços foram conquistados, através de eventos virtuais, manifestações online, dentre outras, como será debatido.

No que diz respeito às políticas fundiárias, Alentejano (2020) esclarece que o governo Bolsonaro, já em seu primeiro ano de mandato, deixou bem claro

suas prioridades através de três marcas fundamentais: (1) a suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas; (2) a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração e a construção de hidrelétricas; (3) a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia..

O primeiro fundamento radicalizado no governo Bolsonaro é uma tendência que já causava preocupação, sendo observada em governos anteriores, sobretudo nos governos Dilma e Temer, com a redução de números de assentamentos rurais e a demarcação de terras indígenas e quilombolas. “[...] Nos governos Dilma e Temer, a queda na criação de assentamentos é ainda mais brutal, com números anuais inferiores a todos os anos entre 1995 e 2010 e um total de assentamentos criados na década de 2010 de apenas 722, correspondendo a 7,7% do total, menos que no período 1985-1994.” (p. 371).

Entretanto, embora houvesse esse recuo, o governo Bolsonaro paralisou completamente a criação de novos assentamentos. Esse recuo é observado também na demarcação de terras indígenas. De acordo com a Agência Brasil, em uma publicação de 16 de agosto de 2019, Bolsonaro anunciou na ocasião: “Enquanto eu for presidente não tem demarcação de terra indígena”<sup>2</sup> (*sic*).

Diferente do Contrato de Concessão de Uso (CCU) que “transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar” ([www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) – acessado em 05.02.2018 apud Alentejano, 2020, p. 379), o Título de Domínio (TD) foi amplamente estimulado pelo Governo Bolsonaro, e transfere definitivamente o imóvel - a terra -, para o beneficiário da reforma agrária. Neste caso, a terra, uma vez de posse definitiva da família assentada e paga por esta ao governo, pode retornar ao mercado de terras e ser comercializada, como qualquer outra terra privada. (p. 379). Além disso, no texto é exposto uma terceira via, que é descrita como “Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), quando a terra se mantém pública, mas com usufruto dos

<sup>2</sup> Notícia completa: “Bolsonaro diz que não fará demarcação de terras indígenas”, por Andréia Verdélio: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/bolsonaro-diz-que-nao-fara-demarcacao-de-terras-indigenas>> acesso em janeiro de 2023.

assentados.” (p. 379). A Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) é a mais defendida pelo MST, justamente por estabelecer que a terra permanece sob domínio público, mas sob controle das famílias assentadas (passando por gerações) que produzem, sem correr o risco da terra voltar a ser comercializada.

A prática do Título de Domínio (TD), que cresceu consideravelmente ainda no governo Temer, foi continuada no governo Bolsonaro, facilitando a volta de terras ao mercado, apropriada novamente pelo agronegócio. Além disso, durante a gestão Bolsonaro, houve a abertura da exploração de terras indígenas, “[...] através do envio ao Congresso do Projeto de Lei 191/2020, que regulamenta a exploração econômica em terras indígenas por terceiros.” (p. 380). O Projeto de Lei inclui a regularização do arrendamento de terras indígenas para a produção agropecuária - incluindo a produção de produtos transgênicos -, a exploração por garimpos, mineradoras e de petróleo e a viabilidade da construção de usinas hidrelétricas.

Todas as atividades listadas demonstram a perda da autonomia dos povos indígenas, considerando que o veto só é possível para atividades de garimpo, permitindo a execução de todas as outras que compõem a lista, mesmo contra a vontade dos povos originários. Esta prática, como o autor explica, é um desejo antigo da bancada ruralista, realizada pelo governo Bolsonaro.

[...] o governo Bolsonaro está dando passos largos para assegurar mecanismos que viabilizem a expansão do agronegócio sobre terras públicas, embora nem todos esses mecanismos tenham sido postos em marcha neste governo, alguns já haviam sido implantados anteriormente, como a titulação privada das terras dos assentamentos, iniciada sob FHC, praticamente suspensa pelos governos petistas, recolocada em marcha acelerada pelo governo Temer e intensificadas ainda mais no atual governo. Já a abertura das terras indígenas para o agronegócio (e outros negócios) é uma antiga ambição dos ruralistas que o atual governo encampou de forma inédita (ALENTEJANO, 2020, p. 381).

A violência no campo também merece destaque na análise. Através da Lei 13.870/2019, aprovada pelo Congresso em setembro de 2019, que estabelece a posse estendida, isto é a possibilidade de que proprietários rurais não apenas mantenham armas em casa, mas possam portá-las em todo o perímetro de suas propriedades. (p. 385). Segundo Alentejano (2020), o resultado dessa facilidade ao armamento ainda é imensurável, todavia, de acordo com relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2019 já é considerado um dos anos mais

violentos da década em comparação aos outros, com um crescimento de 23% nos conflitos por terra, em relação a 2018.

A pandemia em decorrência da COVID-19 trouxe diversas modificações na rotina da população brasileira, e também em escala mundial. No Brasil, o lockdown teve início em março de 2020, em uma forte campanha que buscou conscientizar a necessidade de ficar em casa e evitar aglomerações devido à alta taxa de contágio naquele contexto. Além do impacto social, economicamente houveram também modificações em âmbito global, onde muitos setores entraram em recessão. Todo esse processo evidenciou uma crise alimentar que já demonstrava crescimento períodos antes da conjuntura pandêmica.

O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19<sup>3</sup>, expôs dados alarmantes a respeito da condição alimentar dos brasileiros neste período. Segundo o relatório, em 2022, 33,1 milhões de brasileiros não têm o que comer. Com a ascensão do Brasil de volta ao Mapa da Fome, os dados revelam que “mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome).” Estes dados representam uma regressão nos moldes da década de 1990.

Diante da crise sanitária, com uma forte recessão econômica e um desespero social, o corte de políticas que asseguravam a alimentação de milhares de brasileiros, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - criado nas primeiras gestões do governo Lula -, impulsionou a reinserção do país no Mapa da Fome. No Brasil, o período pandêmico atingiu, principalmente, aqueles em condições de informalidade no mercado de trabalho. Para Costa (2020),

A pandemia, nesse contexto, atinge com maior intensidade a população que vive na informalidade e reside em áreas precárias, ou seja, que têm rendimentos baixos e irregulares, sem acesso à água potável, moradia digna, sistemas privados de saúde e sistema de proteção social vinculado à carteira de trabalho assinada, como férias, salário mínimo, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), licença-maternidade, licença médica e seguro-desemprego. (COSTA, 2020, p. 971).

Àqueles indivíduos que já enfrentavam uma vulnerabilidade socioeconômica foram os mais atingidos perante ao lockdown e as restrições

<sup>3</sup> Completo em: <<https://pesquisassan.net.br/20-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>> acesso em janeiro de 2023.

sociais que os impediam de exercer suas atividades econômicas. Esta caracterização se mostra fundamental para compreender as motivações que levaram o MST a mobilizar milhares de toneladas de alimentos em uma grande ação de solidariedade, que reflete nas notícias expostas. Em plena era da informatização do trabalho, houve um aumento significativo da informalidade, da precarização e da terceirização de empregos, chegando a índices alarmantes. “Se no passado recente a classe trabalhadora apresentava níveis de informalidade apenas marginalmente, hoje mais de 50% dela se encontra nessa condição – aqui, a informalidade é concebida em sentido amplo –, desprovida de direitos, fora da rede de proteção social e sem carteira de trabalho.” (COSTA, 2020, p. 972).

Uma das medidas criadas pelo atual governo foi o chamado Auxílio Emergencial. Ainda em 2020, o governo Bolsonaro buscou beneficiar populações que se mantiveram ou retornaram para a situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a redução da renda familiar. Entretanto, a proposta elaborada pelo governo federal, sob respaldo do Ministério da Economia, propunha inicialmente um valor irrisório de R\$ 200 para 38 milhões de trabalhadores informais e autônomos, que modificaram a rotina na campanha “Fique em Casa”. A proposta inicial previa o respaldo durante três meses após o início do programa, tendo como requisito fundamental a participação no Cadastro Único (CadÚnico), com restrição àqueles que estivessem recebendo algum outro auxílio social. Todavia, uma grande mobilização se formou, através da campanha “Renda Básica que Queremos”, contando com o apoio de mais 500 mil pessoas que assinaram a campanha lançada em 2020. Após longas mobilizações, incluindo a participação de movimentos sociais, parlamentares da oposição, cidadãos e outros segmentos, e com o agravamento da pandemia e suas consequências, foi aprovada a Lei 13.982/2020, que propôs a Renda Básica Emergencial no valor de R\$ 600,00 ou R\$ 1.200,00 para mães-solo que estivessem na condição de trabalhadoras informais, autônomas ou micro empreendedoras individuais, pelo período de três meses, podendo ser estendido, mediante a situação da pandemia.

Considerando as condições socioeconômicas de grande parte da população brasileira, a iniciativa foi considerada um cuidado paliativo para uma problemática ainda maior, presente sobretudo nos principais centros urbanos do Brasil. Muitos brasileiros não tiveram acesso a este benefício - sejam por

irregularidades na documentação, ou pela própria instabilidade na plataforma destinada ao recebimento do auxílio. Este fator facilitou o aumento da insegurança alimentar no Brasil, com um aumento no preço dos principais alimentos presentes na mesa dos brasileiros.

Pensando nessa conjuntura de vulnerabilidades, o MST, em parceria com outros movimentos, promoveu uma grande campanha de solidariedade expandida a nível nacional, realizando doações de milhares de toneladas de alimentos e outros insumos. “Tais ações sinalizam para a construção da Reforma Agrária Popular que ultrapassa os limites do campo, reconhecendo a importância de convencer a cidade da importância desse projeto, que prevê a soberania alimentar e o acesso a alimentos por meio de circuitos curtos” (VINHA et. al, 2020, p. 297).

Minas Gerais também foi palco destas ações de solidariedade. Ações em Belo Horizonte e em Uberlândia são exemplos de cidades que receberam o amparo dos movimentos socioterritoriais. Entretanto, observa-se que o estado se encontra em um emaranhado de desigualdades territoriais, lideradas sobretudo pela hegemonia da mineração, a perpetuação de latifúndios e por violências cometidas por um governo neoliberal que expõe apenas o descaso e o desamparo as reivindicações dos trabalhadores.

No Triângulo Mineiro foram registradas cinco ações de solidariedade, sendo uma em Uberaba e quatro em Uberlândia. Além da presença de doações de alimentos, foram identificadas outros tipos de manifestações e a realização de oficinas agroecológicas. Considerando o contexto político, sobretudo a criminalização dos movimentos socioterritoriais, o MST demonstrou a preocupação em acolher uma parcela da população que enfrentava os efeitos sociais e econômicos causados pela pandemia (LOPES, 2022).

## **2. As ações dos movimentos socioterritoriais em Minas Gerais no contexto da pandemia COVID-19**

Antes de adentrar às ações dos movimentos socioterritoriais na pandemia em Minas Gerais, é importante que seja compreendida a sua conjuntura agrária. No estado, ainda persiste uma grande desigualdade na distribuição da terra. Nas regiões Norte e Noroeste de Minas, sobretudo nas mesorregiões Norte de Minas (microrregiões de Januária, Janaúba, Pirapora, Grão Mogol, Salinas e Bocaiúva);

Noroeste de Minas (microrregião de Paracatu); Vale do Jequitinhonha (microrregiões de Diamantina e Capelinha); região metropolitana de Belo Horizonte (Sete Lagoas e Belo Horizonte); Vale do Mucuri (Teófilo Otoni); Central Mineira (Curvelo), reúnem as maiores concentrações da posse da terra, onde o Índice de Gini, apresenta concentração forte e muito forte (0,701 e 0,900) em 2003 e 2011 (CLEPS JR., FREITAS & VICTOR, 2014).

Nas mesorregiões Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, o agronegócio tem se apropriado do território especialmente pelo avanço de projetos de reflorestamento, sobretudo de eucaliptos e pinus (CLEPS JR., FREITAS & VICTOR, 2014). Os maiores conflitos são entre comunidades geraizeiras e empresas de reflorestamento voltadas ao complexo siderúrgico do estado. Entretanto, nas últimas décadas, as regiões destacadas pelos maiores conflitos tornaram-se atrativas para o investimento do governo e do capital agrário, em projetos de agricultura irrigada, principalmente na região do Norte de Minas. Isso se deve às condições edafoclimáticas e das melhorias nas técnicas de produção resultando em um avanço e expansão no ramo da fruticultura. Todavia, embora haja a criação de um dinamismo na economia regional, uma parcela considerável da população local não se beneficia deste desenvolvimento econômico, acirrando a acumulação de riquezas, perpetuando e aumentando a concentração fundiária, prejudicando um efetivo desenvolvimento social (CLEPS JR., FREITAS & VICTOR, 2014).

No contexto de Minas Gerais, de acordo com dados do DATALUTA e da CPT, entre 1988 e 2016, foram registradas 426 ações do tipo ocupação, predominantemente realizadas pelo MST. Justamente no fim década de 1990 houve um acréscimo no número de ocupações, período que é caracterizado pelo segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), conhecido historicamente por um dos momentos que mais houveram mobilizações dos movimentos agrários, e posteriormente, o primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), conhecido por apresentar políticas direcionadas a conciliação de classes. Cleps Jr., Freitas & Victor (2014) ressaltam que, o ocorrido em Minas Gerais, é o reflexo de um aumento que houve em todo o território brasileiro no mesmo período. Sendo assim, no território mineiro "[...] por meio da imensa ocupação de terras, foi criado o maior número de assentamentos rurais entre 1996 e 2007, que acumulou na criação de 272 projetos." (p. 196).



Não obstante, há ainda a forte presença da mineração no estado, tendo “Mariana e Brumadinho são símbolos cruéis do avanço frenético, perverso e predatório da atividade de mineração no país” (Vinha, et. al. p. 2). Minas Gerais historicamente sofre com a presença de mineradoras que atuam constantemente na exploração dos recursos ambientais, de maneira irresponsável, cometendo inúmeras infrações e crimes ambientais. Posterior ao golpe ocorrido em 2016, a luta socioterritorial no Brasil, se tornou ainda mais árdua. Atrelado a este fato, a prisão política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (também pertencente ao PT), dificultou a reivindicação de demandas que marcam a luta socioterritorial. Estes dois momentos marcam o impulsionamento e a expansão de uma conjuntura extremamente desfavorável àqueles que lutam pela causa, em decorrência da forte presença de políticas neoliberais, conservadoras, representadas pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL).

Um dos maiores crimes ambientais registrados na história do Brasil, ocorreu em 2019 em Minas Gerais. O rompimento da barragem principal da mina de Córrego do Feijão, pertencente à empresa Vale, comoveu o país pela magnitude da barbárie. Ao todo, 11,7 milhões de toneladas de rejeitos de minério de ferro resultaram na morte de 268 pessoas, uma enorme e inestimável devastação ambiental, sobretudo aos arredores do município de Brumadinho. Entretanto, o crime ambiental em Brumadinho não foi o único ocorrido no estado. Vinha, et. al. (2021) destaca que, “[...] um pouco mais de 3 anos antes, em Mariana, também em Minas Gerais, com o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco, 19 pessoas morreram, além dos incontáveis danos à natureza” (Drummond, 2017 apud Vinha, et. al. 2021, p. 4).

Tal conjuntura política está alinhada ao governo estadual, liderado por Romeu Zema (Partido Novo), que desde a sua campanha eleitoral destaca a inserção de políticas econômicas pautadas no neoliberalismo. Em entrevista publicada em outubro de 2022, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Minas Gerais, Jairo Nogueira, afirma que após a reeleição de Romeu Zema, Minas Gerais vem se tornando um laboratório do Partido Novo, sem manter diálogo com nenhuma causa social e tampouco com movimentos sociais (Brasil de Fato, 2022). O resultado disso é a ascensão de privatizações de empresas públicas e o incentivo à mineração no estado.

No combate a essa lógica, há diversas formas de expressão da luta socioterritorial em Minas Gerais, com o predomínio de ocupações de terra e manifestações nos centros urbanos. (VICTOR, 2014).

Considerando que as ocupações de terras representam um mecanismo de conquista territorial, as manifestações vão além, e se caracterizam por expressar demandas de um projeto coletivo dos movimentos socioterritoriais. Dentro deste aspecto, as manifestações são conceituadas como “ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas” (CPT, 2013 apud Victor, 2014, p. 37). A autora ainda esclarece que, estas ações políticas se constituem através da reivindicação do direito de homens, mulheres e crianças do campo, sendo este complexo e repleto de contradições no âmbito do desenvolvimento capitalista.

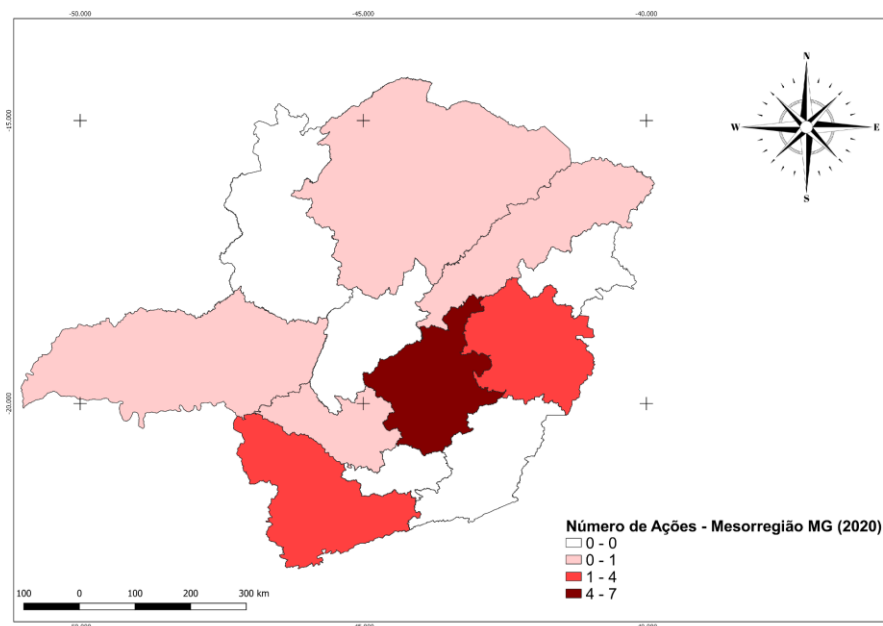
Há diversas formas de se manifestar, entretanto, as mais comuns observadas na luta socioterritorial brasileira são as passeatas e marchas, ocupações de prédios públicos e privados, bloqueio de estradas (rodovias, ferrovias), protestos, acampamentos em espaços públicos, entre outros. Através destas movimentações é que ocorrem as denúncias, as quais escancaram as desigualdades enfrentadas pelos sujeitos do campo. Todavia, em um cenário de restrições sociais, a luta socioterritorial passou por modificações consideráveis, apresentando novas características.

De acordo com os registros do DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra -, em 2020, Minas Gerais registrou 17 ações promovidas pelos movimentos socioterritoriais. Dentre essas ações, se destacam as manifestações/marchas, bloqueios de rodovias e outras formas de expressões que ocorreram ainda nos moldes clássicos - de maneira presencial - em um período que antecedeu o contexto pandêmico; eventos e encontros virtuais a partir do início do lockdown; comercialização de produtos através de plataformas virtuais diante da realidade imposta, manifestações em defesa diante de tentativas de reintegração de posse, e outras denúncias que expõe a investida da mineração em Minas Gerais.

Ao se atentar para a análise fornecida no mapa 1, se torna evidente que grande parte das ações realizadas no período em questão, estão concentradas na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. O gráfico 1 complementa essa informação ao expor que a mesorregião em destaque, foi palco de 41,2% do total

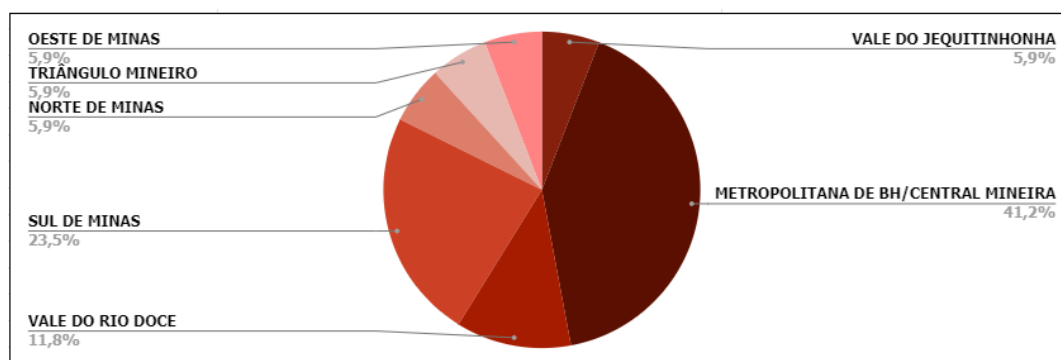
de ações realizadas no estado. Uma razão plausível para que dados expressivos estejam concentrados na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, é justamente pelo fato da capital mineira concentrar o Poder Executivo do estado, bem como, as principais sedes de empresas governamentais e de origem privada. Este elemento, impulsiona as manifestações, atraindo atenção da mídia e facilitando a obtenção do objetivo proposto pelos organizadores dos atos.

**Mapa 1:** Número de Ações por Mesorregiões - Minas Gerais (2020)



Fonte: DATALUTA. Org: LOPES, J. P. A, 2023.

**Gráfico 1:** Mesorregiões que concentram maiores índices de ações em Minas Gerais (2020)



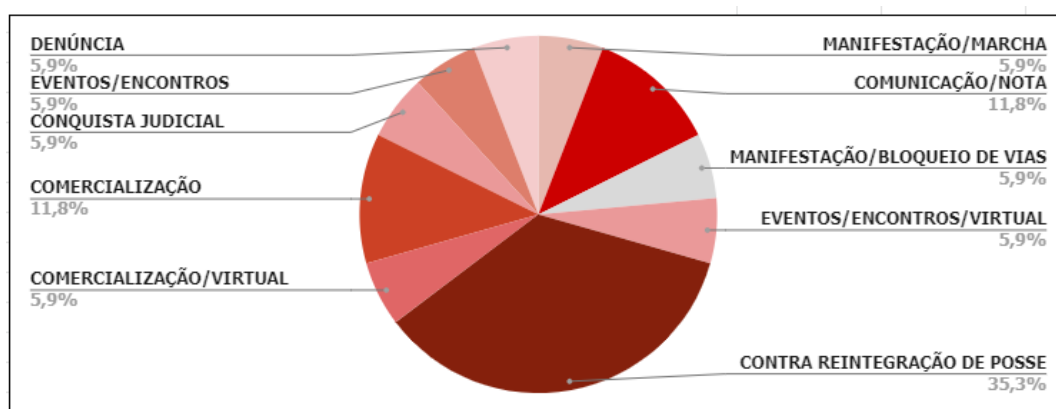
Fonte: DATALUTA. Org: LOPES, J. P. A, 2023.

Atrás dos registros na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte/Central Mineira, surge a mesorregião do Sul de Minas, com 4 ações

registradas pelo DATALUTA. O gráfico 2 expõe o caráter das manifestações e reivindicações dos movimentos socioterritoriais durante o período de análise, entretanto, de antemão, os registros presentes no Sul de Minas denunciam a reintegração de posse ocorrida no acampamento Quilombo Campo Grande, localizado em Campo do Meio.

Exemplo disso, foi a reportagem publicada em agosto de 2020, reproduzida pelo Brasil de Fato, que destacou a covarde ação contra a luta pela terra promovida pelo governo de Minas Gerais. A notícia sob o título “Acampamento do MST em MG é alvo de despejo em meio à pandemia”, traz o embate que ocorreu no município de Campo do Meio, no sul do estado durante um dos períodos mais críticos da pandemia provocada pela COVID-19, onde ainda não havia a existência de vacinas e outras formas de combater o vírus. De acordo com a publicação, o Quilombo Campo Grande, reúne aproximadamente 450 famílias sem terra que vivem nas terras onde funcionava a antiga usina de Ariadnópolis da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia), que encerrou as atividades em 1996. Segundo registros fornecidos na publicação, as famílias residem na área desde 1998, e demonstram grande importância na produção do café orgânico Guaiá, além de desenvolver o plantio de cereais, milho, hortaliças e frutas. A reintegração de posse foi emitida pela Justiça do estado, com o intuito de desabrigar centenas de famílias em meio a campanha “Fique em Casa”, e o fechamento da Escola Popular Eduardo Galeano.

**Gráfico 2:** Caráter das mobilizações dos movimentos socioterritoriais em Minas Gerais (2020)



Fonte: DATALUTA. Org: LOPES, J.P. A., 2023.

Como exposto no gráfico, atos contra reintegração de posse lideraram em 2020, principalmente pelo fato ocorrido em Campo do Meio, no Sul de Minas Gerais. Na ocasião, a notícia tomou grandes proporções, mobilizando atos online considerando as limitações do contexto pandêmico. Entretanto, ações presenciais que antecedem o contexto da pandemia em decorrência da COVID-19, estão presentes no gráfico. Atos contra mineradoras que atuam incisivamente em território mineiro, causando inúmeros prejuízos socioambientais, expõe a pluralidade da luta pela terra, atuando como mecanismo de denúncias aos crimes ambientais cometidos por grandes mineradoras.

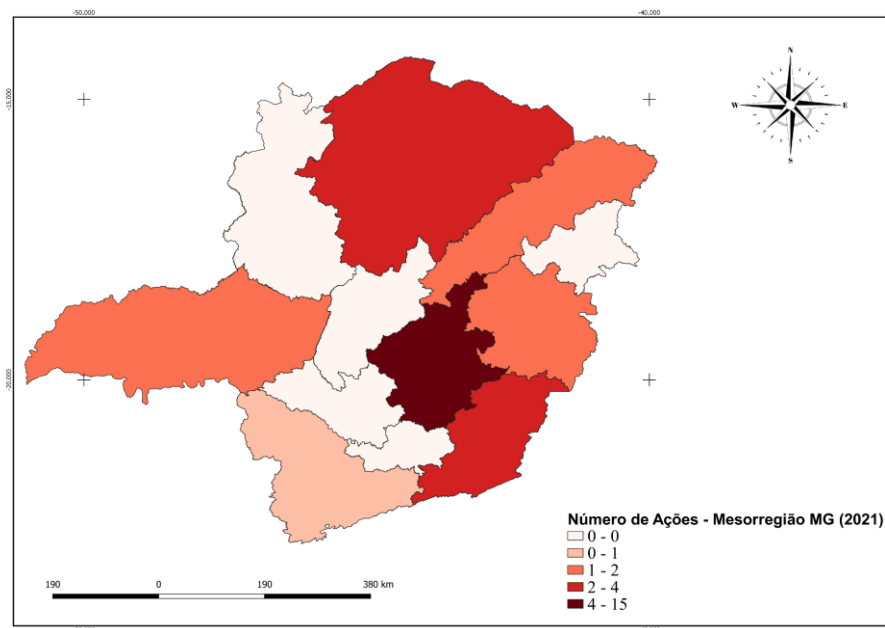
Outros atos ligados diretamente a comercialização de produtos surgem como alternativa adotada pelos movimentos socioterritoriais que se reinventaram no período pandêmico. Noticiado por inúmeros veículos da mídia alternativa, a agroecologia foi impulsionada e recebeu novos incentivos a partir da grande campanha de solidariedade promovida pelo MST, que mobilizou todas as regiões do país e se manteve na linha de frente na doação de alimentos e outros insumos, atendendo milhares de famílias que se mantiveram ou retornaram para a situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ação, em conjunto com outros eventos e encontros virtuais, impulsionam a ideia da Reforma Agrária Popular, que consagra um recomeço e um novo período para o movimento, mesmo diante de opressões proferidas e realizadas por um governo ultraconservador nos valores e trajado com um viés pautado no neoliberalismo econômico.

No contexto de Minas Gerais, nas 17 ações registradas pelo DATALUTA em 2020, 12 tiveram a autoria do MST. Outros movimentos, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Levante Popular da Juventude, o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), dentre outros compõem a lista dos registros atuando também nas trincheiras de defesas contra as injustiças, ilegalidades e desigualdades socioterritoriais que se repetem pela história brasileira frente ao desamparo das instituições públicas.

Além de todos os fatos descritos, 2020 foi um período de reorganização na luta socioterritorial, surgindo novas maneiras de expressar o direito à terra. Entretanto, a criminalização dos movimentos socioterritoriais e os cuidados diante do quadro pandêmico impediu a realização de atos que concentravam manifestantes. A partir daí, surgiram novas conquistas de espaços, que ganharam

forma e se consolidaram no ano seguinte. Em 2021, com um cenário um pouco mais favorável em decorrência do início da vacinação e de um processo de reorganização dos movimentos, - em comparação com o ano anterior -, houve um aumento significativo nos registros, contabilizando 30 ações em Minas Gerais, como expõe o mapa 2.

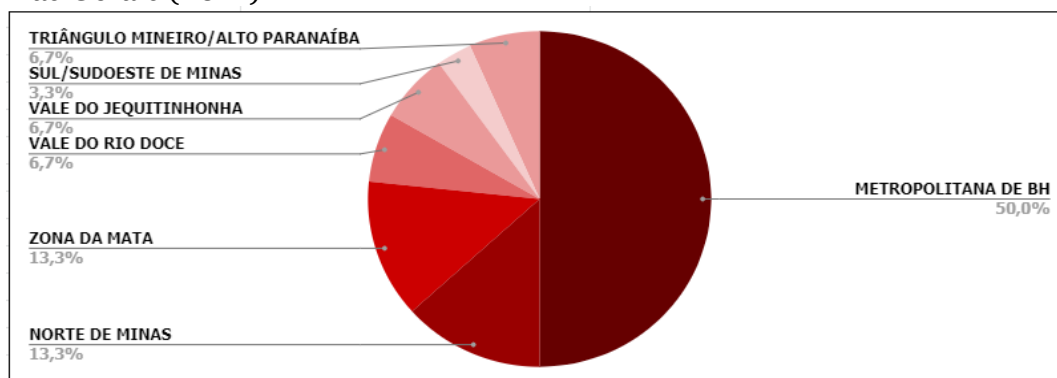
**Mapa 2:** Número de Ações por Mesorregiões - Minas Gerais (2021)



Fonte: DATALUTA. Org: LOPES, J. P. A.

Assim como ocorreu em 2020, grande parte dos dados registrados em 2021 também ocorreram na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, reafirmando a importância da capital mineira como palco destes atos (50% das ações - exposto no gráfico 3). Na mesorregião citada, nota-se uma pluralidade nas reivindicações dos movimentos. Há um caso de despejo e reintegração de posse ocorrida na capital, e conseqüentemente, outros atos que denunciaram a atitude tomada pelo Governo de Minas, responsável pela ação. Outros atos ligados a eventos, encontros virtuais de caráter reivindicativo ou cultural, também foram registrados no mesmo local, reforçando a importância espacial da capital mineira, sediando os principais núcleos de órgãos de interesses dos manifestantes.

**Gráfico 3:** Mesorregiões que concentram maiores índices de ações em Minas Gerais (2021)



Fonte: DATALUTA. Org: LOPES, J. P. A., 2023.

Entretanto, de acordo com os registros, houve um aumento de ações na Mesorregião do Norte de Minas, que se tornou palco de disputas territoriais, como revela a notícia publicada pelo Brasil de Fato em 24 de novembro de 2021, sob o título “Fazendas no norte de MG são ocupadas por comunidade quilombola e pelo MST”. Na ocasião, cerca de 120 famílias ocuparam uma área abandonada pertencente ao Estado de Minas Gerais. Os trabalhadores reivindicavam o direito à terra, com a promessa de tornar o local um lugar apropriado para a produção agroecológica.

Entretanto, outros atos defensivos diante do aumento da violência no campo também constam nos registros. O gráfico 4 demonstra que a violência no campo foi pauta em 10% das ações. No dia 4 de outubro de 2021, ainda durante o período pandêmico, o portal de notícias Diário da Causa Operária, noticiou a truculência dos latifundiários de Grão Mogol contra o acampamento São Francisco - composto por famílias Geraizeiras. A notícia informa que o acampamento está localizado no território tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas, e estava celebrando o dia do santo que carrega o nome do acampamento. Estimulada por falácias equivocadas, fake news e sobretudo, por políticas (como a Lei 13.870/2019, aprovada pelo Congresso em setembro de 2019 citada na seção anterior) de incentivo ao armamento no campo, a violência agrária se tornou ainda mais presente nos noticiários descritos.

A publicação do jornal Hoje em Dia exemplifica e materializa essas violências ocorridas em alguns assentamentos e acampamentos em Minas Gerais. De acordo com o noticiário, na noite do dia 8 de dezembro de 2021, moradores do assentamento Pátria Livre em São Joaquim de Bicas, acionaram a polícia após

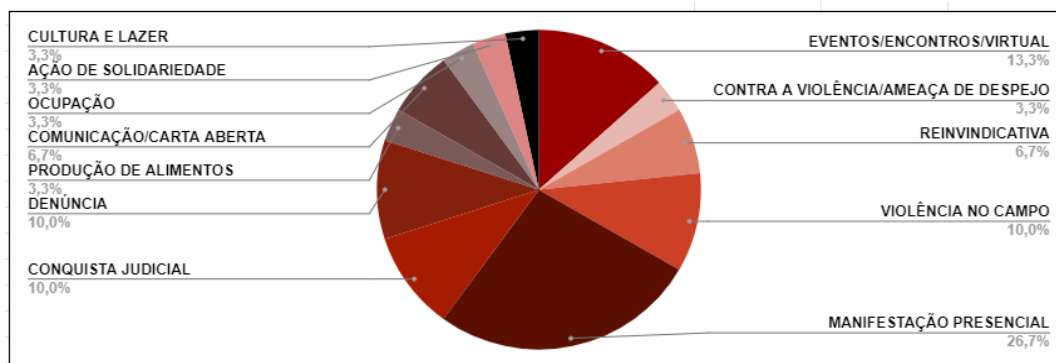
encontrar o corpo de uma vítima de 43 anos, que morreu no local e tinha marcas de violência extrema. O crime ocorrido permanece sem solução (Imagem 1).

**Imagem 1:** A violência no campo em Minas Gerais (2021)



Colagem com os títulos das principais notícias que evidenciaram a violência no campo em Minas Gerais. Org: LOPES, J. P. A, 2023.

**Gráfico 4:** Caráter das mobilizações dos movimentos socioterritoriais em - Minas Gerais (2021)



Fonte: DATALUTA. Org: LOPES, J. P. A, 2023.

Com a flexibilização da pandemia, principalmente no segundo semestre de 2021, período em que a vacinação tinha alcançado um resultado mais satisfatório, houve uma retomada nas manifestações clássicas com a concentração dos trabalhadores. Acerca destes atos, se destacam a luta por reajuste salarial, como



ocorreu em novembro de 2021, na capital Belo Horizonte. De acordo com a publicação do jornal Hoje Em Dia, o MST, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Levante Popular da Juventude, Afrontte e o MAB, demonstraram apoio aos trabalhadores da CEMIG que estiveram na linha de frente na greve ocorrida naquele período. Os manifestantes ocuparam a sede da empresa, reivindicaram também, um ajuste adequado para a tarifa de energia no estado.

Com as restrições impostas pela pandemia e o trabalho remoto, houve um crescimento ainda mais acentuado na construção do espaço cibernético como um mecanismo, uma ferramenta útil para aproximar pessoas de diferentes localidades, e impulsionar através de lives e eventos virtuais, pautas consideradas fundamentais na luta socioterritorial. Sendo assim, os eventos e encontros virtuais representaram 13,3% das ações registradas no ano. A respeito sobre as temáticas discutidas nestes encontros, há a preocupação com recursos ambientais e a necessidade de recuperação de áreas degradadas - como a apresentação do Plano Popular de recuperação da Bacia do Paraopeba, apresentada pelo MST; apresentações culturais como ocorreu no mês de setembro, onde o Grupo Quilombola Caboclo Surubim se apresentou em um evento promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; e a roda de conversa realizada em Juiz de Fora, que buscou promover o combate a violência contra a mulher do campo.

Outros temas que denunciam a impunidade contra crimes ambientais - como ocorreu em Brumadinho e Mariana -, também estiveram presentes através de notas de repúdio, artigos publicados com o intuito de informar ações judiciais e os trâmites jurídicos que muitas famílias ainda enfrentam, mesmo após anos do ocorrido.

Sobre os principais movimentos envolvidos nas ações, o MST novamente lidera. Dos 30 registros no estado em 2021, 10 foram guiados pelo MST. Na sequência, apareceram ações conjuntas onde dois ou mais movimentos se agrupam para a execução dos atos - totalizando 8 ações. O MAB, o MAM, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Central de Movimentos Populares (CMP), a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), o Levante Popular da Juventude e o MTST) também marcaram presença nos atos registrados neste período.

Tendo em vista que a Reforma Agrária Popular promovida pelo MST é descrita como um projeto de transformação social que vai além da produção e o direito à terra, as ações que ocorreram em Minas Gerais pontuam o momento de reinvenção dos movimentos socioterritoriais diante do período adverso. A pandemia provocada pela COVID-19 trouxe transformações para o movimento na conquista de novos espaços, colocando em pauta novas demandas. O contexto pandêmico e com todas as suas atribulações deixou ainda mais explícita a realidade de muitos trabalhadores brasileiros que convivem diariamente com a insegurança alimentar e a permanência em moradias precárias, acirrando essas vulnerabilidades socioeconômicas.

Além disso, a Reforma Agrária Popular busca conscientizar trabalhadores da importância de estabelecer uma conexão entre o campo e a cidade. Isso se torna evidente, considerando que grande parte das ações se concentraram no espaço urbano - seja na distribuição de alimentos e outros insumos em ações de solidariedade, ou seja em manifestações que reivindicavam direitos e buscavam conquistas judiciais, ou até mesmo naquelas que denunciavam atos violentos. Todas as ações evidenciaram o objetivo claro da nova proposta de reforma agrária promovida pelo MST, uma luta acirrada que deve ser acolhida por todos.

### **Considerações Finais**

A luta socioterritorial perpassa conjunturas políticas, econômicas e sociais. Com o processo de criminalização dos movimentos socioterritoriais, representado por um projeto neoliberal, fascista e ultraconservador, associado ao contexto pandêmico, escancarou-se a necessidade dos movimentos ligados à luta pela terra em se reinventar e expor o projeto de uma Reforma Agrária Popular. Entretanto, em um período marcado pelo distanciamento social, novas formas de manifestações demonstraram que a luta pela terra resiste mesmo em tempos adversos. A Reforma Agrária Clássica, pautada sobretudo pela democratização territorial, hoje, é tomada pela ideia de uma Reforma Agrária Popular, que compreende que para além do direito à terra, é necessário promover a agroecologia, a educação no campo, a soberania alimentar, dentre outros aspectos.

Considerando as 47 ações registradas entre 2020-2021, os movimentos socioterritoriais em Minas Gerais se adaptaram à política opressora e ao contexto

pandêmico, realizando eventos e encontros virtuais, ao passo em que escancarou o aumento da violência no campo. Entretanto, observa-se que, mesmo diante de um período atípico e carregado de obstáculos, a produção e comercialização de alimentos provenientes da agroecologia se manteve, através das feiras adaptadas. Além disso, houve um aparato e uma grande mobilização dos movimentos socioterritoriais que impulsionaram uma grande campanha de solidariedade que se expandiu pelo Brasil, sendo Minas Gerais um dos palcos destes atos.

Toda a construção marcada neste período pode ser compreendida como uma forma de expressar as demandas dos movimentos socioterritoriais, considerando que, perante ao *lockdown*, se tornou impossível retomar as manifestações presenciais com grandes concentrações de pessoas, e tampouco ocupar terras em decorrência do aumento da violência no campo. Por fim, cabe ressaltar que a aproximação entre o campo e a cidade expandiu a ideia da necessidade de uma reforma agrária que se conecta para além do campo.

### Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARTER, Miguel et al. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2010.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

CPT, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil 2013**. Goiânia: CPT, 2014, 198p.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Presidente Prudente: 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Porto Alegre - RS. Editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 161-197, 2010.

FERNANDES, B. M. (et al.). **MANIFESTAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL**. Disponível em: <[http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562423805\\_ARQUIVO\\_BERNARDOMANIFESTACOES.pdf](http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562423805_ARQUIVO_BERNARDOMANIFESTACOES.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2023.

GOLDFARB, Yamila. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, n. 5, p. 109-138, 2006.

GOMEZ, Sérgio. América Latina: Reformas Agrárias no Século XX”. In: STÉDILE, João Pedro. (org.). **Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo**. Volume I. Ed. Expressão Popular. São Paulo: 2020. p. 113-139.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Reforma Agrária Popular e a Luta pela Terra no Brasil**. Dossiê nº 27, abril de 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular?** Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>>. Acesso: 30 jan. 2023.

VICTOR, Fabiana Borges. **Da Resistência à Conquista da Terra: As formas de Manifestações de Luta pela Terra em Minas Gerais**, 2014. Dissertação (Bacharelado em Geografia) - Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia - MG. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/monografias.html>> Acesso em 14 jan. 2023.

VINHA, et. al. Da lama ao caos, do caos a lama: Conjuntura Agrária em Minas Gerais. In: **Boletim DATALUTA**, abril de 2021, nº 160, p. 2-11. Presidente Prudente - SP.